



SEGUIMOS AQUI, NA RESISTÊNCIA, EM DEFESA DE UM MUNDO DECENTE PARA TODAS

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho decente é aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, igualdade e segurança e que garanta uma vida digna.

Quando refletimos sobre todas essas características, quais de nós, mulheres trabalhadoras da educação, podemos dizer que somos atendidas nessas demandas?

Desde as gestões do PSDB, vemos o aprofundamento da precarização por meio das terceirizações dentro das escolas, que nos levaram a um cenário de cerca de 300% de perdas salariais.

Essa situação afeta principalmente a nós, mulheres, chefes de mais da

metade dos lares, segundo o Dieese, e ainda mais as aposentadas, sem isonomia salarial com os ativos, uma de nossas lutas.

Além disso, os concursos públicos, que democratizam o acesso às vagas ao driblar a misoginia, o machismo e o racismo presentes em muitos processos seletivos, seguem paralisados na gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Portanto, quando nos voltamos aos pilares do trabalho decente, observamos que ainda há muito a avançar. Porém, sem ignorar as conquistas que já obtivemos. Se temos uma Convenção 190 da OIT, que trata da erradicação da violência e do assédio no ambiente de

trabalho e que hoje brigamos para ratificar é porque nós lutamos para isso. Se há uma licença maternidade que lutamos para ampliar é porque batalhamos por esse avanço.

Há muito a melhorar, mas isso não significa deixar de valorizar onde chegamos. Porque ainda estamos aqui, fortes, unidas e contra toda forma de discriminação e desigualdade.

Rosana Aparecida da Silva, presidenta da AFUSE

PRESENÇA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO CRESCE, MAS AINDA É MENOR DO QUE O DE HOMENS

A participação das mulheres no mercado de trabalho chegou a um marco histórico no segundo trimestre de 2024. O percentual de trabalhadoras com 14 anos ou mais inseridas no ambiente profissional atingiu 48,1% e superou os 47,2% registrados no primeiro trimestre do mesmo ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar disso, a ocupação é inferior aos 68,3% dos mesmos, mesmo com um país formado por maioria da população feminina, 51,5%, segundo o Censo 2022.

Dentre os fatores que explicam essa discrepância estão as responsabilidades familiares, majoritariamente nas mãos das trabalhadoras: 83% dizem conciliar o emprego com tarefas domésticas e cuidados com idosos e crianças e 45% atestam não ter ajuda



Foto - Fernando Frazão - Agência Brasil

de parceiros ou redes de apoio, segundo levantamento da Infojobs divulgado em março do ano passado.

Para piorar, apesar de mais escolarizadas, as mulheres ocupavam apenas 39,3% dos cargos gerenciais e ganhavam o correspondente a 78,8% da renda dos homens.

Diante disso, iniciativas como o Projeto de Lei (PL) nº 1.085/2023, que torna obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função, sancionado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva são fundamentais.

CANDIDATAS E NEGRAS AINDA SÃO MINORIA NO PAÍS



Não é apenas no mercado de trabalho que as mulheres são subrepresentadas. Também na política elas são minoria absoluta. Ainda que a Lei de Cotas determine que 30% das vagas devem ser destinadas a candidatas, em 700 municípios a medida foi desrespeitada nas eleições municipais de 2024.

Isso ajuda a explicar porque elas foram apenas 1 em cada 5 pré-candidatas e se elegeram para administrar apenas duas capitais, Aracaju (SE) e Campo Grande (MS).

Ainda assim, houve aumento na

representatividade. As prefeituras de 727 cidades são chefiadas por mulheres a partir deste ano, o equivalente a 13% dos 5.569 municípios brasileiros e 64 prefeitas a mais do que em 2020.

Na Câmara dos Deputados, a discrepância é ainda maior, com 90 mulheres diante de 423 homens.

Presidenta da AFUSE, Rosana Aparecida da Silva destaca que os movimentos sindical e sociais devem trabalhar para formar quadros e pressionar os partidos para que ampliem a diversidade nos quadros

eleitorais para mudar esse cenário.

“Não haverá qualquer mudança em políticas de igualdade de gênero e combate à discriminação se não tivermos quem nos represente nos espaços de poder. Ainda não tivemos uma presidenta que conseguisse terminar um mandato à frente do país e apenas 18% das mulheres foram eleitas, sendo somente 7% delas negras. Isso mostra como o machismo e o racismo ainda resistem em nosso país”, apontou.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SEGUE EPIDÊMICA EM SÃO PAULO

Com uma política de segurança pública baseada no extermínio, o governo de São Paulo tem promovido o crescimento no número de mortes pela polícia militar, que entre 2022 e 2024 saltou de 355 para 702 casos, uma elevação de 98%.

Diante desse cenário, as mulheres, sempre na base da pirâmide social, não seriam polpadas. No ano passado, o estado registrou uma ameaça contra a mulher a cada 5 minutos, segundo números divulgados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP). De janeiro a novembro, foram registrados 97.434 boletins de ocorrência de ameaça.

Além disso, os casos de feminicídio tiveram aumento de 15,89%, de 2023 para 2024. Até novembro, foram 226 boletins de ocorrência do crime. No

mesmo período de 2023, foram 195 registros.

Houve ainda crescimento no número de crimes sexuais, com recorde de registros de estupro e de feminicídio. Foram 14.579 casos de violência sexual em 2024 ante 14.514 de 2023, que era o maior da série histórica. Já os dados de feminicídio apontam para 253 vítimas, um crescimento de 14% em um ano.

Para a secretária de Gênero da AFUSE, Elizete de Souza Riz, o cenário tem relação direta com a falta de preocupação de Tarcísio com mulheres, negros e outros grupos que não são considerados prioridade para governos conservadores.

“A violência se combate com prevenção e punição e as mulheres ví-

timas de violência demandam que exista uma estrutura para acolhê-las nos casos em que precisam deixar o lar, por exemplo. Há muito esse tipo de iniciativa foi abandonada no estado e enquanto não nos mobilizarmos para cobrar isso e escolher governantes comprometidas conosco, continuaremos a nos sentir inseguras e a sermos o alvo preferencial da violência no estado”, criticou.

A Direção - SP | 25/02/2025

